



ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Deliberação

ERC/2018/89 (Parecer-R)

Pedido de transmissão de mensagens no sistema RDS através da utilização da aplicação radiotexto (RT) e alteração do nome do canal de programa (PS), do operador Rede A – Emissora Regional do Sul, Lda.

**Lisboa
8 de maio de 2018**

Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Deliberação ERC/2018/89 (Parecer-R)

Assunto: Pedido de transmissão de mensagens no sistema RDS através da utilização da aplicação radiotexto (RT) e alteração do nome do canal de programa (PS), do operador Rede A – Emissora Regional do Sul, Lda.

1. Pedido

1.1. A 27 de abril de 2018, a ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, por ofício com registo de entrada n.º ENT-ERC/2018/2862, veio submeter à Entidade Reguladora para a Comunicação Social, doravante ERC, consulta prévia respeitante à transmissão de mensagens através da utilização de radiotexto (RT) e alteração do nome do canal de programa (PS), do operador Rede A – Emissora Regional do Sul, Lda., nos termos do n.º 3 do artigo 3.º e do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 272/98, de 2 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 248/2015, de 28 de outubro.

1.2. O operador radiofónico Rede A – Emissora Regional do Sul, Lda., registado na ERC sob o n.º 423204, é uma empresa licenciada para o exercício da atividade de rádio no concelho de Almada desde 30 de março de 1989, atualmente na frequência 100.80MHz, disponibilizando um serviço de programas temático musical, de âmbito local, com a denominação *Rádio MEO SW*.

2. Análise e fundamentação

2.1. É competência da ERC emitir parecer vinculativo, no prazo de 10 (dez) dias, no caso de atribuição do nome do canal de programa, ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 3.º e n.ºs 2, 5 e 6 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 272/98, de 2 de setembro, respetivamente.

2.2. Pelo operador radiofónico, supra identificado, foi requerido à ANACOM sistema RDS com a alteração do nome de canal de programa (PS) para “MEO SW” e

2.3. Utilização de radiotexto (RT), no sistema RDS, pretendendo transmitir as seguintes mensagens «nomes, intérpretes e músicas, slogans e informação da programação».

2.4. De acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 272/98, de 2 de setembro, na redação atual, o nome do canal de programa deve corresponder à designação do serviço de programas referida no n.º 5 do artigo 23.º da Lei da Rádio (Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro, na redação atual).

2.5. Ao abrigo do n.º 5 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 272/98, de 2 de setembro, na redação atual, cabe à ERC verificar a correspondência entre o nome do canal de programa proposto e a designação do respetivo serviço de programas, de forma a garantir a identificação clara e unívoca da estação da rede emissora.

2.6. O operador radiofónico propõe como nome do canal de programa “MEO SW”, tendo como designação do respetivo serviço de programas *Rádio MEO SW*, pelo que se considera verificada a correspondência entre ambos.

2.7. Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 3.º do diploma supracitado, a ERC deve aferir se as mensagens a transmitir através de radiotexto atentam contra a dignidade da pessoa ou são contrárias à lei.

2.8. Analisada a mensagem pretendida pela requerente, exposta no ponto 2.3. desta deliberação. Considera-se que a mesma não atenta contra a dignidade da pessoa humana ou é contrária à lei.

3. Decisão

No exercício das competências previstas na alínea c) do n.º 2 e na alínea a) do n.º 3 do artigo 24.º dos Estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, conjugados com o n.º 5 do artigo 3.º e com o n.º 6 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 272/98, de 2 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 248/2015, de 28 de outubro, o Conselho Regulador da ERC delibera emitir parecer favorável à alteração do nome do canal de programa para “MEO SW”, e à transmissão de mensagens através da utilização de radiotexto requerida pelo operador radiofónico Rede A – Emissora Regional do Sul, Lda.

Mais delibera que seja notificada a ANACOM do presente parecer, solicitando-lhe que informe a ERC sobre o teor da decisão do pedido.

Lisboa, 8 de maio de 2018

O Conselho Regulador da ERC,

Sebastião Póvoas

Mário Mesquita

Francisco Azevedo e Silva

Fátima Resende

João Pedro Figueiredo